

Entidades contestam resolução do CFM

62

Objetivo é conseguir liminar contra as novas normas para os planos de saúde e seguros

BRASÍLIA — A Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Federação Nacional de Estabelecimentos de Saúde e Confederação das Misericórdias entraram na Justiça com pedido conjunto de liminar contra a resolução 1401 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que normatiza a atuação dos setores. A juíza Maria Divina Vitória, da 15ª Vara Federal, decidiu, entretanto, ouvir o CFM antes da decisão final. O CFM foi notificado ontem e tem dez dias para apresentar seus argumentos.

A resolução do CFM está em vigor desde 24 de janeiro e obriga o atendimento de todas as moléstias e cria benefícios ao usuário, como a escolha do médico e hospital. As empresas alegam que o CFM não teria competência para baixar resoluções. Dizem, ainda, que a ampliação dos serviços ocasionaria a falência. Os argumentos não tem



Jorge Cardoso/AE

Santillo: portaria sobre seguro-saúde deve ficar pronta logo

sido suficientes para a Justiça, segundo o presidente do CFM, Ivan Moura Fé. De acordo com ele, somente em São Paulo já foram concedidas 20 liminares a usuários que reclamaram o não atendimento à resolução. Estima-se que o Brasil tenha 32 milhões de segura-

dos.

“As empresas têm vantagens fiscais, mas na hora de atender só querem os pacientes baratos”, acusou Ivam Moura Fé, dizendo-se confiante na decisão favorável da Justiça. Ontem, o CFM promoveu um debate com a diretora do De-

partamento de Proteção e Defesa do Consumidor, Elisa Martins, e o deputado Liberato Caboclo (PDT-SP), da Comissão de Seguridade Social da Câmara e relator de uma série de propostas — com princípios similares aos da resolução do CFM — enviadas ao ministro da Saúde, Henrique Santillo, para preparação de um portaria de regulamentação das empresas de seguro-saúde.

CPI — Segundo o deputado, o ministro da Saúde, Henrique Santillo, prometeu que a portaria estaria pronta depois do carnaval. Até ontem, entretanto, a comissão criada por Santillo para preparar o documento ainda não havia se reunido. Liberato Caboclo disse que ontem mesmo iniciaria o recolhimento de assinaturas para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as empresas privadas de saúde, na qual seria avaliada a situação financeira do setor. Mas o deputado explicou que só levará o projeto adiante se a portaria do Ministério da Saúde estiver em desacordo “com os princípios da resolução”.